



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

SEMINÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE		
EVENTO: Seminário	Nº: 0314/06	DATA: 30/3/2006
INÍCIO: 10h24min	TÉRMINO: 13h12min	DURAÇÃO: 02h48min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h48min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

REGINA CÉLIA REYES NOVAES - Presidenta do Conselho Nacional da Juventude, vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República.

SUMÁRIO: Discussão sobre o Plano Nacional de Juventude. Debate sobre o parecer do Relator às contribuições oriundas de seminários regionais e difusão das novas diretrizes do Plano Nacional de Juventude.

OBSERVAÇÕES

Há intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, bom-dia. Realiza-se, neste momento, o ato solene de abertura do Seminário Nacional de Juventude, uma realização da Comissão Especial do Plano Nacional de Juventude da Câmara dos Deputados e da ONG Educação em Foco, sob o patrocínio dos Correios e apoio da Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores, para compor a Mesa de Honra, convidamos o Exmo. Sr. Deputado Lobbe Neto, Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Juventude da Câmara dos Deputados (*palmas*); o Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, Relator da Comissão (*palmas*); a Sra. Regina Novaes, Presidenta do Conselho Nacional da Juventude. (*Palmas.*)

Composta a Mesa de Honra, convidamos os demais presentes a se colocarem de pé para ouvir o Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Queremos enfatizar que a Sra. Regina Novaes representa, neste ato, a Secretaria Nacional da Juventude. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, este Seminário tem como objetivo discutir o texto do Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, que aprova o Plano Nacional de Juventude. Neste encontro, serão apresentadas as contribuições ao texto do projeto acima referido, pelos delegados indicados nos 26 seminários estaduais realizados, e no Distrito Federal, no período de novembro de 2005 a março de 2006.

O Projeto de Lei. nº 4.530, de 2004, integra o relatório final da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude. Esta Comissão Especial desenvolveu atividades na Câmara dos Deputados, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2004.

Senhoras e senhores, abrindo oficialmente este Seminário, fará uso da palavra o Exmo. Sr. Deputado Lobbe Neto, Presidente da Comissão Especial do Plano Nacional de Juventude da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Bom-dia a todos. Sejam bem-vindos a Brasília aqueles que são de outros Estados e que estão chegando para a discussão do Plano Nacional da Juventude.



Quero saudar o Deputado Reginaldo Lopes. Peço uma salva de palmas ao nosso Relator do Plano Nacional da Juventude. (*Palmas.*)

Cumprimento a Sra. Regina Novaes, que representa hoje o Beto Cury, Secretário Nacional da Juventude e também Presidente do Conselho Nacional da Juventude. Uma salva de palmas à Sra. Regina, pelo trabalho que vem realizando em prol da juventude brasileira. (*Palmas.*)

Saúdo a Sra. Marília Miranda, Secretária-Executiva do CONSED e também representante do Instituto Faça Parte; todas as entidades não governamentais; delegados; convidados; as embaixadas e as autoridades presentes.

Gostaria de cumprimentar os nossos Deputados presentes: André Zacharow, Nazareno, Marinha Raupp, Alice Portugal, Colbert Martins, Selma Schons, Daniel Almeida, Vignatti, Roberto Gouveia, André Figueiredo, Zico Bronzeado e Deley. (*Palmas.*)

Saúdo todos os Parlamentares que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para esta discussão em seus Estados; ajudaram a coordenar, a trazer mais subsídios para o nosso Relator. Saúdo todos os membros da Comissão, indistintamente, pelo trabalho que fizeram até aqui.

Cumprimento algumas delegações de todos os Estados presentes. Vou chamá-los e espero que alguns se levantem, para que todos se conheçam neste cordial encontro sobre o Plano Nacional da Juventude.

Delegação de Brasília, Distrito Federal (*palmas*); Espírito Santo (*palmas*); Bahia (*Palmas*). Temos aqui também o Presidente do 1º Parlamento Jovem Brasileiro, que também é baiano.

Gostaria de saudar a delegação do Pará (*palmas*); Acre; Amapá (*palmas*); Rondônia (*palmas*); Goiás; Rio de Janeiro; Maranhão (*palmas*); Piauí (*palmas*); Roraima (*palmas*); Pernambuco (*palmas*); Santa Catarina (*palmas*); Rio Grande do Sul; Minas Gerais (*palmas*); Sergipe; Mato Grosso do Sul (*palmas*); Mato Grosso (*palmas*); Amazonas (*palmas*) — encontra-se aqui também a Deputada Vanessa Grazziotin (*palmas.*); Paraná (*palmas*); Ceará (*palmas*); São Paulo (*palmas*); Paraíba (*palmas*); Rio Grande do Norte (*palmas*); Alagoas (*palmas*); Tocantins. Gostaria de saudar também a Deputada Mariângela Duarte, de Santos, São Paulo. (*Palmas.*)



Caros amigos e jovens presentes, é uma satisfação recebê-los mais uma vez em Brasília. Esta discussão iniciou-se em 2003, quando foi instituída, na Câmara dos Deputados, a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude.

De 2003 para cá era outra Comissão, sob a Presidência do Deputado Reginaldo Lopes, e Relatoria do Deputado Benjamin Maranhão. Desde então, após aprovado o relatório da Comissão, tivemos grandes conquistas e avanços.

Em audiência com o Presidente da República, a Comissão levou a sugestão de realizar audiências públicas e seminários nos Estados, além de 2 grandes conferências em Brasília. Das sugestões que levamos ao Presidente da República, algumas já se tornaram realidade. Por meio de medida provisória enviada pelo Presidente a esta Casa, foi instituída a Secretaria Nacional da Juventude, que tem como representante, neste momento, a Sra. Regina Novaes, Secretária-Adjunta; e o Sr. Beto Cury, Secretário.

Outra sugestão que virou realidade, também por meio dessa medida provisória, foi o Conselho Nacional da Juventude, do qual participam várias entidades do Governo, também sob a Presidência da Sra. Regina Novaes. Houve grande capilaridade disso em vários Estados e Municípios; vários Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais e também Secretarias de Estado e de Município estão avançando sobre essa temática da juventude brasileira.

Tenho certeza de que essa capilaridade será muito importante para o jovem brasileiro.

No âmbito da Câmara dos Deputados, algumas propostas foram levadas ao então Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha. Entre as propostas, estava a elaboração de projeto de lei sobre o Plano Nacional da Juventude, tema do debate de hoje. Outro projeto de lei para o qual logo em breve será instituída uma Comissão Especial é o que versa sobre o Estatuto Nacional da Juventude.

Também tivemos aqui sob análise proposta emenda constitucional, cuja Relatora foi a Deputada Alice Portugal. Essa proposta, já aprovada na Comissão Especial, inclui a nomenclatura “juventude” na nossa Carta Maior. Falta agora apenas a votação em plenário, mas a matéria está pronta para ser incluída na Ordem do Dia. o que esperamos seja feito logo pelo Presidente Aldo Rebelo.



Além do Estatuto ora em debate, existe a proposta da criação de uma comissão permanente nesta Casa com a temática da juventude.

São vários os avanços obtidos, mas ainda há muito para se conquistar no que se refere à necessidade de políticas públicas, tanto nos Municípios como nos Estados e na União. É importante debater a transversalidade e a interlocução, assim como outras questões que passam por vários Ministérios. Cada vez mais, temos de fortalecer a Secretaria Nacional da Juventude, para, por meio de suas ações, ampliar essa capilaridade entre Estados, Municípios e entidades não governamentais ligadas à temática da juventude.

Todos são muito bem-vindos, e espero que essa discussão caminhe a passos largos, para que o relatório seja o mais amplo, o mais convergente possível, a fim de atendermos não só a uma região deste imenso País, mas aos jovens brasileiros em todos locais do Brasil.

Um abraço. Que Deus abençoe a todos e tenham uma boa reunião. *(Palmas.)*

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Convidamos para fazer seu pronunciamento a Sra. Regina Novaes, representante do Conselho Nacional da Juventude.

A SRA. REGINA CÉLIA REYES NOVAES - Bom-dia a todos.

Saúdo os jovens presentes, que vieram de diversos Estados do Brasil, dizendo que é muito importante esse tipo de encontro, em que são expostas várias faces do nosso País por meio de sua juventude.

Saúdo a Mesa, os Deputados Lobbe Neto e Reginaldo Lopes e os demais Deputados.

Estamos vivendo um momento histórico e temos uma responsabilidade também histórica. Não é por acaso que estamos falando em política pública para a juventude — e até com certo atraso. Se perguntássemos para outras gerações o significado da sigla PPJ, ninguém saberia responder. Hoje, a sigla PPJ — Política Pública de Juventude, revela a situação de vulnerabilidade dos jovens em âmbito internacional e, ao mesmo tempo, sua potencialidade na construção da esfera pública.

A idéia de PPJ vem num momento em que os jovens são os mais atingidos pelos processos de desenvolvimento, pelas grandes mudanças estruturais que



ocorrem no mundo e no Brasil em termos de mercado de trabalho. Também são os jovens os mais atingidos pelas diferentes formas de violência, psicológica e física, que se colocam num tempo muito difícil em que se nacionalizam e se internacionalizam tanto a dificuldade das entidades policiais de lidarem com eles, quanto à questão do narcotráfico internacional e a incerteza em termos quanto à inserção no futuro.

É nesse quadro que todos conhecem muito bem e que gera sentimento de medo e insegurança na juventude, que se colocam as PPJs. Portanto, um momento como este tem de ser pensado como uma oportunidade, mas também como uma grande responsabilidade. Sabemos que há diferenças entre os jovens não só em termos de ênfase partidária, mas também diferenças regionais, educacionais, culturais e sociais. E há também o que une a nós todos: o pensar nessa geração que está aí, sabendo que investir nela é construir o presente e o futuro do Brasil.

É por isso que minha saudação muito forte para a Comissão Especial criada no Parlamento brasileiro. Cumprimento cada um dos partidos que participaram da Frente, cada um dos Deputados que contribuíram para isso e, mais ainda, cada um dos que acreditaram e investiram na idéia, caso do Deputado André Figueiredo, Relator da medida provisória. Esta é a primeira vez que a República brasileira tem uma Comissão Especial de Juventude. Se não olharmos para isso como um ganho, uma conquista, vamos perder o que vem depois — e o que vem depois também vai depender muito da participação da juventude, dos partidos políticos, das forças sociais e do Executivo, num grande mutirão.

Dessa forma, em meu nome e em nome do Secretário Nacional da Juventude, Beto Cury, que infelizmente não pôde estar conosco hoje, trago a nossa saudação aos participantes deste encontro e o reconhecimento de que a colaboração entre os Poderes é essencial para a construção de uma República forte, assim como a autonomia do Legislativo. Trago também uma convocação para que este seminário seja produtivo em termos de conteúdo, de explicitação de divergências, de negociação de pontos, para que se chegue àquilo que será um plano nacional em benefício da juventude brasileira.

E essa convocação vem com a forte esperança de que consigamos juntar 2 palavras-chaves: direitos e oportunidades para os jovens. Direitos universais que



ainda estamos devendo, que são aqueles básicos que dizem respeito à educação, ao trabalho e à cultura, e direitos específicos da juventude de hoje, e oportunidades, porque temos que combinar as 2 coisas, temos que ter os direitos assegurados e as oportunidades ampliadas nos moldes do século XXI — outras formas de trabalho, de inserção, de participação.

Essa é a mensagem que gostaria de trazer, com muita esperança. Vamos esperar os resultados dos seminários, vamos continuar agindo conjuntamente, cada um falando do que julga mais importante e do que espera, num grande mutirão que garanta direitos e oportunidades a todos os jovens brasileiros.

Investir na juventude é investir no Brasil, apostar na juventude é apostar no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - A seguir fará uso da palavra o Exmo. Sr. Deputado Reginaldo Lopes, Relator da Comissão. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Bom-dia, Deputado Lobbe Neto, que tem feito um bom trabalho à frente da Comissão Especial que analisa o Plano Nacional da Juventude; bom-dia, Sra. Regina Novaes, cara amiga, companheira, estudiosa da temática, referência para os nossos estudos e a nossa caminhada, Secretária-Adjunta e Presidenta do Conselho Nacional de Juventude; bom-dia, Sras. e Srs. Deputados, meus colegas de Mesa; bom-dia, jovens e demais presentes.

Por intermédio do Deputado Vignatti, que, a exemplo do outros membros da Comissão, tem exercido importante papel, cumprimento as Deputadas e os Deputados presentes e, com um carinho especial, as bancadas, as delegações e a juventude aqui representadas.

Na minha opinião, esta Legislatura soube interpretar o sentimento de parte da sociedade brasileira, que acredita que um novo País passa necessariamente pela construção de uma política de Estado para a juventude brasileira — e, quando digo juventude, refiro-me ao sentido mais amplo da expressão.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, caros jovens, quero pedir licença para fazer um pequeno resgate do processo.

Começo repetindo que os Deputados — é bom frisar — de todas as matizes ideológicas, com o apoio de todos os Líderes, compreenderam a importância de se



institucionalizar o debate do tema no Parlamento com muita tranquilidade e humildade. É verdade que não estamos inventando a roda, nem temos essa pretensão, porém, é importante destacar que as forças políticas desta Casa apóiam o debate da temática. Assim, em primeiro lugar, foi constituída Comissão Especial para estudar e propor políticas públicas para a juventude.

Foi essa a primeira iniciativa que o conjunto de Deputados desta Legislatura teve no mês de fevereiro de 2003.

Sr. Presidente, viajamos a todos os Estados. A Comissão esteve presente em todos os Estados brasileiros, debatendo, discutindo o que seria apresentado, qual seria o rumo, qual seria o norte para esse trabalho. Ouvimos os diversos movimentos, as diversas forças vivas da sociedade brasileira que trabalham com a juventude. Após 2 anos de debates, após ter feito 2 seminários nacionais, encontros e semanas da juventude, após ter realizado em todas as Capitais os seminários temáticos, após ter realizado no plenário desta Casa, Sra. Regina, 60 audiências e reuniões com especialistas, estudiosos e com a própria juventude, chegamos ao que chamo de consenso. Não votamos nada, mas acatamos todas as sugestões apresentadas pelos diversos segmentos representativos da juventude brasileira.

Quais foram essas sugestões? É importante, porque muitas vezes, quando se constitui Comissão no Parlamento brasileiro, as pessoas perguntam: *“E aí, o que aconteceu? O que de fato mudou?”*

Quero dizer, com muita tranquilidade, a toda a juventude que esta Comissão, sabendo compreender e entender o sentimento da juventude brasileira, produziu no seu relatório final — antes produzimos um relatório preliminar, que orientou os debates — 4 reivindicações ao Presidente da República.

Temos que destacar que o Presidente, mais uma vez, um operário, mostrou sua sensibilidade e seu compromisso com o desenvolvimento deste País: das 4 reivindicações, 2 foram atendidas imediatamente.

Por que encaminhamos as 4 reivindicações? Porque não existiu nenhum método de construir maioria ou minoria nesse debate. Por não haver metodologia para derrotar qualquer setor que trabalha com as políticas para a juventude, construímos o consenso e encaminhamos todas as indicações da juventude ao Presidente da República.



O Presidente comentou na abertura deste seminário que apresentamos ao Presidente da República a necessidade de que este País tivesse na estrutura de Estado um órgão que pudesse coordenar e articular as políticas nos diversos Ministérios. Não foi o Presidente da República que iniciou alguns programas de juventude, mas teve a sensibilidade de criar esse órgão para potencializar as ações da juventude neste País, para eliminar o desperdício do dinheiro público e para trazer ao centro do poder, perto da Presidência da República, as políticas de juventude. S.Exa. criou o órgão dentro do princípio, do conceito solicitado pela juventude brasileira. Na maioria dos debates, a juventude tinha consciência de que esse órgão não poderia ser para executar, tinha de ser um órgão de elaboração, de coordenação e de articulação, e o Presidente da República assim o fez.

Pedimos ao Presidente que criasse também um Conselho Nacional de Juventude que pudesse ser um fórum permanente, para que a juventude se posicionasse em relação às coisas que acontecem neste País vinculadas à temática juventude ou às coisas que acontecem no Brasil como um todo ou no mundo, porque faz parte da política da juventude pensar um país para todos. E S.Exa. criou o Conselho Nacional. Era consenso majoritário que os membros desse Conselho fossem, em sua maioria, da sociedade civil, e encaminhamos por dois terços que o Presidente Lula fizesse o Conselho Nacional de Juventude, e S.Exa. acatou.

Encaminhamos também, mesmo não sendo consenso, que o Governo deveria instituir uma fundação, um instituto que pudesse dialogar com os movimentos da juventude no Brasil, como há em vários países da América Latina e na Europa, que é o Instituto Brasileiro da Juventude. Este não foi implementado, está em processo de construção, mas encaminhamos ao Presidente da República no dia 13 de junho de 2004.

Encaminhamos ao Presidente da República outra reivindicação, esta mais consensual de toda a juventude brasileira: o Brasil precisa implementar um espaço permanente de debate com a juventude, que tem como característica a rotatividade. É necessário que esses espaços sejam garantidos pela estrutura do Estado brasileiro, que é quem tem condições de construir um fórum permanente para que a juventude possa participar da verdadeira construção deste País.



Propomos ao Presidente que criasse as conferências nacionais de juventude de forma piramidal, porque este País não é uma ilha e temos que respeitar os entes federados; que o Estado — Estado que falo são os Governos estaduais, municipais e a União — organizasse, com o seu poder legítimo, eleito pelo povo brasileiro, as conferências piramidais. Continuo defendendo essa idéia. E mais: defendo inclusive que essas conferências elejam o Conselho Nacional de Juventude, respeitando o método de indicação.

O que entregamos ao Presidente da República foi fruto do debate coletivo com vocês, com as diversas juventudes partidárias, com os diversos movimentos da sociedade civil organizada que trabalham com a juventude ou para ela. Entregamos o que foi apresentado à Comissão no momento em que tive o prazer e a felicidade de ser seu presidente, tendo como fiel contribuinte o nosso Relator do PMDB, o Deputado Benjamin Maranhão.

A Comissão também apresentou a esta Casa, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 5 proposições legislativas — 5 proposições! —, que também representam o consenso entre os diversos segmentos da juventude, com suas heterogeneidades e divergências. Foram 5 desejos de proposições legislativas discutidos pela juventude, que os queria ver implementados neste País.

O primeiro, que acho o mais importante: que a Constituição brasileira tratasse o jovem não como um problema, mas como parte da solução deste País. Para isso, a Constituição brasileira precisa reconhecer que existe um novo sujeito no País que precisa de política, de direito e oportunidade; que vive uma fase das mais importantes para mudar o Brasil, que é a fase da preparação, formação e inserção.

Por isso, apresentamos a PEC da Juventude, a emenda constitucional que consolida o jovem na Constituição brasileira. Esse era um desejo consensual das juventudes nas conferências estaduais e na conferência nacional.

Não é consenso entre nós se a juventude precisa ou não de um estatuto, mas há um debate com setores da juventude que acham que, ao garantir o direito na Constituição, precisa haver uma lei ordinária que faça o detalhamento desses direitos. Sou um dos que acredita que é importante.

Apresentamos o PL nº 4.529, de 2004, que cria o Estatuto da Juventude. Mas até por ter vivenciado a experiência do Estatuto da Criança e do Adolescente,



achamos que este País não deve definir as prioridades a partir do recurso, mas sim definir o recurso a partir das prioridades — portanto, o inverso.

O Plano Nacional de Juventude, previsto no Projeto de Lei nº 4.530, de 2004, quer inverter a lógica política do Brasil. Precisamos realizar o que for possível, o que for consensual, o que tiver condição de ser implementado, o que for possível a sociedade cumprir, o que for de maior demanda e necessidade da juventude brasileira e do povo brasileiro. Que façamos esse compromisso e que esse projeto seja aprovado pela Câmara e pelo Senado e seja sancionado pelo Presidente da República.

Estamos aqui hoje para dar continuidade ao debate do Plano Nacional da Juventude, e vamos fazê-lo.

Apresentamos também um projeto de resolução que cria a Comissão Permanente de Juventude. Por quê? Porque se a Constituição reconhece o sujeito jovem, se um projeto detalha os direitos, se criamos um Plano Nacional de Juventude, é preciso que o Parlamento, a representação indireta e legítima da sociedade brasileira, possa acompanhar se o Estado brasileiro vai ou não honrar as metas para a juventude, entendendo que o conselho e as conferências também são representações legítimas por parte da sociedade civil para monitorar se o Governo está correto ou não nas suas implementações. Fizemos combinação entre representação indireta e representação direta nas nossas estratégias de ações da juventude.

E mais: elaboramos um projeto de lei, que já passou pela Câmara e está para ser votado no Senado — assim como o projeto que cria a Comissão Permanente está pronto para ser votado em plenário —, que cria o Ano da Juventude. Para que criar o Ano da Juventude? Para colocar a juventude na pauta, para que possamos saber que, em qualquer canto deste País, existe um sujeito carente de direitos. Por isso o projeto de lei está tramitando e trabalharemos para a sua aprovação. Inicialmente, ele seria aprovado em 2005, mas não o foi em função de sua tramitação, de dificuldades do processo legislativo, que é legítimo, pois existe um ritual e um Regimento a serem seguidos. Mas como iremos aprová-lo em 2006 e implementá-lo em 2007?



Todos esses processos, companheiros, contaram com a participação da juventude, porque tem que ser assim. Se não for assim, o processo não é legítimo. Em uma política para a juventude o princípio fundamental é que o jovem seja o principal interlocutor e articulador. Se existem erros, é possível, apesar do tamanho continental deste Brasil e das divergências e contradições, conseguir total unidade e consenso.

Mas quero aqui, para encerrar, assumir um compromisso com a juventude. O documento final que iremos votar representará o mais amplo consenso da sociedade brasileira. O Plano Nacional de Juventude — PNJ, na minha opinião, não terá vencido nem vencedores. O Plano Nacional, na minha concepção, tem de ser uma obra final a partir do novo conceito de democracia que busca não impor minoria ou maioria, vencidos ou derrotados, mas sim construir o que chamamos de consenso progressivo, longe de ter a pretensão, após aprovado o Plano Nacional, de encerrar o debate. A juventude muda permanentemente, assim como muda o País.

Portanto, quero concluir o Plano a partir do debate e no debate. Por isso, não vou apresentar um substitutivo. Vamos construí-lo neste encontro e discutir uma metodologia que faça com que a juventude, que está aqui hoje e que é legítima, possa sinalizar para o Relator as principais prioridades do Plano Nacional. A partir daí vamos construir o substitutivo e continuar dialogando até conseguir o consenso progressivo. Esse é o meu compromisso com toda a juventude brasileira.

Agradeço à Câmara, ao Presidente Aldo Rebelo, ao ex-Presidente João Paulo Cunha, ao ex-Presidente Severino Cavalcanti, a todos os líderes, à nossa consultoria, aos assessores dos Deputados, ao Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e principalmente à juventude porque, em cada debate, aumentam as chances de concluir esta matéria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. APRESENTADOR (David Rayol) - Para compor a Mesa, convidamos o Sr. Evandro Gomes, representando neste ato o Sr. Jânio Pohren, Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. (*Palmas.*)

Conforme consta de nossa programação, teremos agora o primeiro painel do Seminário, quando se abordará o parecer do Relator às contribuições dos



seminários regionais e à difusão das novas diretrizes do Plano Nacional de Juventude.

Para coordenar os trabalhos, a partir deste instante, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lobbe Neto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Agradeço aos Deputados Zenaldo Coutinho, Luciano Zica, Inácio Arruda, Júnior Betão, Davi Alcolumbre e Rogério Teófilo pela presença e ao representante dos Correios pela participação.

Mais uma vez, passaremos a palavra ao Sr. Relator, para que possa falar sobre as contribuições e a metodologia do seminário que ocorrerá hoje à tarde e amanhã.

Depois ouviremos os comentários da Sra. Regina Novaes, encerrando esta fase do seminário.

Com a palavra o Sr. Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Companheiros, inicialmente, estava prevista a elaboração de um substitutivo, que seria debatido neste encontro. Mas considero um erro político apresentá-lo aqui. Por quê? Porque a metodologia utilizada nos Estados foi no sentido de colhermos novos subsídios, o que foi extremamente rico.

O material dos Estados é significativo tanto em relação à qualidade da extensão quanto à riqueza dos detalhamentos.

Para que o Plenário possa tomar conhecimento — os senhores vão receber esses documentos e essas contribuições na parte da tarde ou nos grupos de trabalho —, algumas temáticas do projeto de lei inicial, após encontros estaduais, receberam várias contribuições. A área de educação tinha 38 diretrizes e recebeu mais 79 contribuições, totalizando 117 propostas; a do trabalho tinha 36 e recebeu mais 69; a da saúde tinha 29 e recebeu mais 72; as áreas do desporto, lazer e meio ambiente — em todos os debates regionais foi consenso que a área do meio ambiente tem de ser tratado separadamente da do desporto e lazer — tinham 22 e receberam mais 86 contribuições; a da cidadania tinha 17 e recebeu mais 35; a da organização juvenil tinha 10 e recebeu mais 43; a da cultura tinha 8 e recebeu mais 87; a do desenvolvimento tecnológico tinha 11 e recebeu mais 69; a dos jovens afro-descendentes — assunto em torno do qual há consenso de que deve ser



trabalhada separadamente — tinha 12 e recebeu mais 94; a do jovem rural tinha 17 e recebeu mais 98; a do jovem com deficiência tinha 9 e recebeu mais 94; a do jovem homossexual tinha 7 e recebeu mais 70; a da mulher jovem tinha 7 e recebeu mais 120.

Não fiz o balanço, mas as propostas passam de mil.

Na minha opinião, é correta a metodologia de colher subsídios para o projeto nos Estados — o resultado está aí — e muito difícil, num seminário nacional, sinalizar o texto de um substitutivo. Qual seria o meu olhar se tivesse feito isso? Seria o olhar do Relator. Teríamos a contribuição de várias propostas, mas não um norte do que realmente a juventude considera prioritário neste momento.

A partir desse resultado, fizemos uma mudança na metodologia deste encontro. Depois de discutirmos com vários movimentos, forças políticas e na Comissão, concluímos que gostaríamos de aprofundar o debate, colher novas sugestões e contar com a contribuição dos senhores no sentido de enumerar as principais ações das 13 temáticas. A partir daí, a idéia que estamos trabalhando — vou até entrar um pouco na metodologia — é a de discutir a metodologia que iremos trabalhar durante estes 2 dias. A nossa intenção é de buscar o consenso progressivo e não de votar as prioridades. Gostaríamos que a Mesa do grupo encaminhasse, por absoluto consenso das companheiras e dos companheiros, 20 ações prioritárias para cada tema durante a tarde de hoje. Portanto, a partir das 15 horas, trabalharemos essas 13 temáticas em grupo. Foi encaminhado pedido para separar a questão do índio da do afro-descendente e a do desporto da do meio ambiente. Tudo será considerado e vai fazer parte da estrutura do novo relatório. Neste seminário é importante que isso seja confirmado.

Vamos trabalhar com 3 temáticas durante a tarde de hoje. E qual será o método para iniciar o debate? O Presidente da Comissão Especial, Deputado Lobbe Neto, pediu aos Deputados que contribuíssem na coordenação dos trabalhos. Vários Deputados comprometidos com o tema assumiram a tarefa de coordenar o debate no período da tarde. E o Presidente também pediu que fosse indicado um facilitador. Então, haverá o coordenador, um Deputado — se não houver nenhum Deputado presente, será alguém da organização do evento —, e um facilitador indicado pelos Parlamentares.



O nosso objetivo é construir um consenso nos grupos de trabalho. Esperamos que o Plenário indique o facilitador do grupo de trabalho para compor a Mesa na parte da tarde. Eles teriam 10 minutos para iniciar o debate sobre o tema do grupo de trabalho, com 2 facilitadores e 1 coordenador. Também vai fazer parte da metodologia a indicação de um Relator.

Ao final do seminário — o encerramento está previsto para as 18h30min, e a idéia é de que seja iniciado às 15h —, cada grupo deverá enumerar 20 ações prioritárias, as mais consensuais do Plenário.

Quero destacar um posicionamento do Relator. Que todas as propostas, todas as contribuições recebidas sejam encaminhadas em anexo ao projeto de lei. Vamos votar o Plano Nacional com um anexo, em que estarão todas as propostas que não foram incluídas no projeto. Por que isso? Porque é um instrumento muito rico, é um arquivo muito rico: são 13 temáticas, quase 1.500 propostas. Algumas propostas encaminharei diretamente aos Ministérios porque se referem a programas. Por exemplo: a proposta de ampliação do PROUNI se refere a uma política do Ministério da Educação, de ampliação do número de vagas. Outro exemplo: a revisão do Programa Primeiro Emprego e outras ações estão vinculadas a programas do Executivo, principalmente do Executivo Federal.

Vamos encaminhá-las. Mesmo assim, vamos anexar ao projeto de lei as demais sugestões, para que seja um instrumento de avaliação da implementação do Plano. E acredito que vamos aprová-lo na Câmara dos Deputados, no Senado e que será sancionado pelo Presidente da República. Então, será um instrumento para orientar e avaliar o Plano de 2 em 2 anos. Queremos criar no Plano Nacional um instrumento de controle, de avaliação, de participação; queremos radicalizar no que se refere à participação da juventude na implantação do Plano Nacional.

Na sexta-feira, a intenção é de construir o que estamos chamando de Painel de Síntese e de Transversalidade. A estrutura do Plano se baseia em 5 grandes temas e em 8 subtemas. Ao juntar os subtemas nos grupos, a nossa intenção é de que a juventude contribua na construção da transversalidade das ações e das políticas. Por exemplo: quanto à emancipação juvenil, que abrange a educação e a formação do trabalho, como garantir uma política transversal desses 2 temas?



Consideramos que isso é emancipação juvenil. E, no que diz respeito ao bem-estar da juventude, também prever ações transversais.

Nós vamos discutir essa metodologia. Sendo 20 as ações prioritárias, evidentemente, havendo 2 subgrupos num grupo, elas se transformarão em 40 ações prioritárias. Temos de reduzir isso à metade para que, no final, haja apenas 20 ações prioritárias, como uma grande referência da vontade dos jovens para a elaboração do relatório final, do substitutivo global.

Proponho uma diferenciação dessa metodologia na questão da equidade de oportunidades, das ações afirmativas para jovem índio e afro-descendente; jovem rural; jovem portador de deficiência; jovem homossexual; jovem mulher. Para cada temática, no primeiro dia, nós vamos enumerar 20 ações prioritárias; e, no segundo dia, reduzi-las para 10 ações prioritárias. No quinto grupo, que vai tratar da equidade de oportunidades, serão definidas 50 ações, ao contrário de outras temáticas, sobre as quais trabalharemos com 20 ações, pela necessidade de elaborar uma política que venha a atender parte da população brasileira que hoje tem menos direitos e menos oportunidades.

Nesta parte da manhã, os grupos terão um coordenador, um painalista e um Relator. Vamos buscar 5 nomes para ajudar, para serem facilitadores da sonhada política transversal que desejamos implementar em todas as áreas sociais do Brasil, principalmente no que se refere à juventude. Vamos trabalhar para encontrar esses facilitadores, esses painelistas.

Na parte da tarde, serão apresentadas as conclusões dos 5 grupos temáticos aqui em plenário. Vamos debater os resultados do encontro; farei alguns comentários; e logo em seguida encerraremos o seminário.

Por consenso, ouvidas as reivindicações sobre os seminários estaduais, resolvemos criar um 14º grupo, que vai discutir o tema Processo e Metodologias. A idéia é de que esse grupo também tenha um coordenador e um relator e que na sexta-feira apresente aqui as suas conclusões.

Tenho experiência grande nesse grupo. A juventude brasileira já poderia desenhar o que pensa sobre a Conferência Nacional de Juventude. Na minha opinião, Regina, poderá ser o embrião da implementação, pelo Conselho Nacional



de Juventude, das Conferências Nacionais de Juventude no Brasil, de forma piramidal.

Companheiros e companheiras, Presidente, Deputado Cláudio Vignatti, vou encerrar para que posamos ouvir alguns comentários, antes das atividades da tarde. A nossa intenção, conforme já disse na abertura do seminário, é a de buscar, a partir do debate, subsídios para a elaboração do nosso projeto final. Mesmo assim, ao apresentar o projeto, vamos abrir o prazo de 1 mês para ouvir os setores organizados ou não que queiram se manifestar por meio de *e-mail*, cartas, reuniões com o Relator, com a Consultoria. Estamos extremamente disponíveis. A nossa maior intenção é de que o Brasil tenha um conjunto de metas, de responsabilidade da Nação, de Estados e Municípios.

Esse é o meu compromisso e eu queria partilhá-lo com vocês. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Deputado Vignatti) - Muito bem, Deputado Reginaldo Lopes, Relator.

Quero saudar o professor e grande lutador pela construção do FUNDEB, Deputado Carlos Abicalil, aqui presente. E, de maneira especial, também saudar o Deputado Júnior Betão, atuante membro da Comissão Especial do Plano Nacional da Juventude. (*Palmas.*)

Antes de ouvirmos uma fala de conteúdo, ou seja, antes de passarmos a palavra à Sra. Regina Novaes, que, com certeza, tem grande contribuição a nos dar, vamos abrir um espaço importante para a Deputada Alice Portugal, Relatora da PEC nº 138, resultado dos trabalhos desta Comissão, que criou arcabouço legal na Constituição Federal para formalizar o Plano Nacional e, posteriormente, o Estatuto dos Direitos da Juventude.

Com a palavra a Deputada Alice Portugal, por 3 minutos, para nos esclarecer sobre a PEC e responder a dúvidas sobre a questão da idade. Isso, com certeza, servirá de conteúdo neste Seminário Nacional de Juventude.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Bom-dia a todos.

Deputados Vignatti e Reginaldo Lopes, Dra. Regina, demais membros da Mesa, companheiros de todos os Estados, estamos realizando um seminário nacional. Não é ainda uma conferência nacional, um congresso das juventudes



brasileiras, mas com certeza este é o segundo grande evento nacional patrocinado pela Câmara dos Deputados no sentido da construção diferenciada de uma lei.

As leis, no Brasil, são elaboradas pelo método da democracia representativa, através dos Parlamentares. Buscamos construir uma lei a partir da ausculta das juventudes organizadas do País, quer seja no movimento comunitário, quer seja nas organizações não-governamentais, quer seja nas organizações eclesiais, quer seja nas organizações partidárias e estudantis. E o máximo desse processo é conseguir tolerância na relação entre todas essas formas de representação, considerando a opção do jovem pelo tipo de organização. Elas são diferentes, mas, no essencial, na construção da lei, todos são iguais e têm o mesmo peso diante da Comissão Nacional de Juventude. Isso, para mim, é fundamental e preliminar, para que não haja competição quanto à forma organizacional da juventude. Cada uma seguindo uma forma de trabalho, mas todas com o mesmo valor diante dos olhos de quem constrói a lei.

Sou Relatora da PEC nº 138-A, cujo autor é o Deputado Sandes Júnior. Nessa proposta, levamos em consideração o fato de que não consta do texto da Constituição Federal de 1988 qualquer alusão ao termo “juventude”. Constam as expressões “criança e adolescente”, “idoso”, mas não juventude. Portanto, a terceira tarefa desta Comissão Especial — a primeira é a elaboração do Plano; a segunda, do Estatuto — é consolidar no texto constitucional o conceito de juventude. Assim o fizemos. Senhores delegados, companheiros, prestem atenção: a PEC foi aprovada por unanimidade. E, no seu texto, foi consolidada a faixa etária de 15 a 29 anos. Tal decisão foi orientada pela UNESCO e deliberada por unanimidade no 1º Encontro Nacional da Juventude, ocorrido aqui, há 1 ano e meio. Essa tem sido a faixa etária internacionalmente aceita, e foi adotada no Encontro Nacional da Juventude por unanimidade, conforme orientação da UNESCO e outros organismos internacionais. Senhores delegados, não foi uma decisão da Relatora.

Quero deixar isso claro porque, no meu Estado, surgiu polêmica sobre essa faixa etária. E neste seminário temos autonomia para indicar à Comissão, por intermédio do Relator, Deputado Reginaldo Lopes, a mudança ou a manutenção da faixa etária orientada e adotada unanimemente no 1º Encontro Nacional de Juventude. Repito: isso foi decidido unanimemente naquele encontro.



Evidentemente, como não houve ainda a votação da PEC, se essa for a vontade das múltiplas organizações da juventude, poderemos modificá-la. Eu quero deixar isso claro porque a faixa etária de 15 a 29 anos é o universo que tem sido trabalhado internacionalmente, pela UNESCO, e — repito — foi aprovada por unanimidade no 1º Encontro Nacional de Juventude e nesta Comissão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Conforme ressalta o Deputado Vignatti, anteriormente, esse universo era de 14 a 24 anos de idade. Foi alterada a faixa etária para 15 a 29 anos de idade, por consenso nacional e por acordo internacional. Essa faixa etária tem a sustentação que relatei, mas é flexível, ou seja, pode ser mudada de acordo com a vontade coletiva. Portanto, não há imposição.

Por último, quero dizer que a luta contra a redução da maioria penal é de todos nós. Particularmente, já me pronunciei várias vezes nesta Casa a respeito do tema (*palmas*). Saúdo os jovens que organizam o ato que será realizado hoje à tarde e que deve se transformar em ato deste Seminário. Infelizmente, devido a compromissos, terei de me deslocar ao meu Estado. Será um ato fundamental. Essa luta não deve estar agregada à questão da faixa etária constitucional da juventude, que deve ser trabalhada para os projetos de políticas públicas, as PPJ. A luta contra a tentativa reacionária de tratar os problemas do jovem como casos de polícia, em vez de garantir-lhe a efetiva inclusão social, é global e independe da faixa etária que a PEC vir a definir, a próxima lei a ser aprovada pela Câmara dos Deputados, para a elaboração da qual levaremos em conta o resultado deste Seminário.

A PEC está aberta. É importante ressaltar o mecanismo utilizado para se chegar a essa faixa etária.

Sucesso para todos! Viva a luta da juventude brasileira! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Com a palavra, para os comentários finais, a Sra. Regina Novaes, Presidenta do Conselho Nacional de Juventude, que também representa a Secretaria Nacional de Juventude.

A SRA. REGINA CÉLIA REYES NOVAES - Muito obrigada, Sr. Presidente, Deputado Lobbe Neto.



Saúdo o Relator e destaco o grande esforço feito pelo Deputado Vignatti e pela Deputada Alice Portugal nesse processo. Em nome deles, agradeço aos demais Deputados presentes.

Na verdade, farei pequenos comentários. O primeiro é quase um alerta aos jovens aqui presentes, sobre a compreensão de que as coisas não funcionam como gostaríamos. Eu, por exemplo, tenho uma trajetória: venho da academia, da universidade, e neste ano e meio em que estou no Poder Executivo tenho aprendido muito sobre as relações entre Judiciário, Executivo e Parlamento. E, muitas vezes, não sabemos como funciona o rito parlamentar.

Então, quero pedir aos jovens que prestem muita atenção a cada momento do que está acontecendo conosco. Muitas vezes, nós projetamos para um momento algo que pode acontecer no momento seguinte.

O exemplo da elaboração das políticas públicas para a juventude nos ensina muito: o primeiro passo foi dado com a criação da Frente Parlamentar; depois, foi instalada a Comissão Especial; agora foram criados o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude; elaborou-se a PEC e o Plano Nacional de Juventude; depois, virá o Estatuto Nacional da Juventude.

Pergunto aos jovens aqui presentes se sabem como funcionam essas coisas, até mesmo para localizar este Seminário nesse processo. Chamo a atenção para o fato de que este Seminário não é nem o começo, pois há precedentes, nem o fim da história.

Eu fiquei sabendo que, após o seminário, durante 15 dias o texto estará à disposição de todos os que queiram contribuir. Depois, então, ele vai ser levado ao plenário para a votação. Se for votado, haverá mais um prazo para apresentação de emendas parlamentares.

Ou seja, temos de pensar neste Seminário como um momento do processo e nos próximos passos. A idéia da organização pressupõe também pressão organizada e de qualidade. É muito importante promovermos atos públicos, manifestarmos os nossos princípios, mas é preciso pensar como o processo continuará depois disso.

Para mim — e vou falar mais na condição de especialista em juventude, menos até na condição de Presidenta do Conselho Nacional, porque não é assim



que participo deste momento, e, sim, como cidadã brasileira —, é muito importante que o Plano Nacional de Juventude seja votado neste ano. É uma oportunidade que nós não podemos perder. É preciso criar uma aliança entre os diferentes para colocar isso para a frente. E é preciso pensar no que podemos fazer de melhor a partir dessa realidade.

Utopia, princípio, sonho, nós devemos ter, porque só a partir daí que aperfeiçoamos, que fazemos a crítica e enxergamos os desafios. É preciso fazer a crítica ao que não aconteceu exatamente como nós gostaríamos nesse processo. Agora, é preciso olhar para a realidade — e aí eu peço a atenção dos jovens presentes —, não ter em mente apenas o sonho e a utopia. A realidade pode escapar das nossas mãos, e nós perderemos a oportunidade de inscrever a juventude brasileira no espaço público deste País.

É preciso criticar, é preciso ver os desafios, é preciso aperfeiçoar processos, mas é preciso olhar para o momento em que nós estamos vivendo. E, para além de tudo isso, contribuir com o que nós temos, com a nossa experiência, para fazer uma política de Estado.

E agora estou falando aqui de inscrição de direitos no espaço público, de política de Estado que ultrapasse governos, que seja contribuição deste processo.

Cada um dos jovens aqui presente hoje é responsável por muitos que ficaram lá fora, por muitos que conhecem porque com eles convivem e por muitos que nunca conheceram: os excluídos que não sabem nem o que é PPJ, que não sabem nem o que é política de juventude, que não sabem nem o que é a oportunidade de se organizar.

Em vez do comentário que eu deveria fazer a respeito do conteúdo do projeto, quero fazer um pedido de convergência no sentido da responsabilidade histórica de quem está aqui em relação a quem ficou lá nos Estados. Não só os grupos com os quais temos conflitos, com os quais disputamos, porque disputa faz parte da política. Política sem disputa, sem valores e sem princípios não existe. Não é assim que as coisas funcionam. Os conflitos têm de ser explicitados, têm de ser trazidos à tona e têm de ser negociados. Mas o pedido de convergência também diz respeito, além daqueles que nós conhecemos como aliados ou como adversários, a um conjunto



muito maior de jovens que precisam saber quais são os seus direitos e quais serão as suas oportunidades.

Então, é muito mais uma mensagem de esperança de que isso produza bons resultados e um alerta para o que vem depois. Ainda há muito trabalho a ser feito, porque os Deputados aqui presentes, com todas as suas diferenças e trajetórias, lutam por uma causa. Isso não acontece nem nos partidos aos quais esses Deputados estão filiados.

Para a causa da juventude, sujeito de direitos específicos que deve ser protegido pelo Estado, nós temos de ganhar coração e mente de pessoas que estão muito próximas de nós em termos de princípios e utopias e de pessoas que estão muito distantes de nós também.

Então, é uma convocação para a convergência, para não perdermos oportunidade, para que o Plano Nacional de Juventude seja votado neste ano, como política de Estado, para aperfeiçoá-lo no processo. Por isso estamos aqui hoje.

Desejo a vocês um bom seminário, na esperança de que surjam boas contribuições, aos quais estaremos atentos nos próximos 2 dias.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Agradeço a presença à Deputada Ana Alencar, do Tocantins; a Sandro Salazar, representando aqui o Presidente Nacional do PMDB.

Quem desejar obter informações a respeito das sugestões apresentadas ou encaminhar mais sugestões, pode acessar, via Internet, o endereço www.camara.gov.br.

Agradeço a presença à Sra. Regina Novaes.

A partir de agora ouviremos 15 intervenções do Plenário. A lista de inscrição está aqui ao lado. Falarão os 15 primeiros inscritos ou sorteados. Não terá outro jeito. Peço que se inscrevam rapidamente, para que possamos iniciar as outras atividades. Às 13h30min interromperemos os trabalhos para o almoço. Às 15h, iniciaremos os trabalhos em grupo, a serem realizados em vários auditórios da Casa.

Peço a todos que, ao fazerem as intervenções, digam o seu nome e o da entidade que representa, porque o evento está sendo gravado.



O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Sr. Presidente, informo àqueles que queiram fazer comentários que podem fazer a inscrição junto ao consultor Lamartine Silva, do Movimento Hip-Hop Organizado Brasileiro.

Feitas as 15 inscrições, nós vamos sortear.

Haverá 5 horas de debate na parte da tarde, 4 horas de debate amanhã e mais 4 horas de debate em plenário. O encontro é totalmente voltado para a participação da juventude. Mas, neste momento, se passarem de 15 as inscrições, nós vamos sortear os oradores.

Nós vamos dar um tempo para que todos se inscrevam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Peço a todos que vão fazer intervenções que compreendam a importância do respeito ao horário. Quanto mais um fala, menos o outro participante, no final da lista de inscrição, falará. Eu gostaria que todos se limitassem ao tempo de 5 minutos, mais ou menos, para ouvirmos todas as intervenções.

O SR. LAMARTINE SILVA - Eu me chamo Lamartine, sou do Movimento Hip-Hop Organizado Brasileiro e quero, em primeiro lugar, pedir uma salva de palmas em homenagem à memória de uma pessoa, meu parceiro de grupo, que, com certeza, se estivesse aqui, estaria fortalecendo esta plenária. É o Preto Ghóez, do grupo Clã Nordestino, que infelizmente faleceu. (*Palmas.*)

Este processo para nós é bastante importante. Não tem nenhum ranço na nossa fala. A gente está construindo um processo, Presidente Lobbe Neto e Deputado Reginaldo Lopes, em que existem coisas chamadas elogio e crítica. Primeiro: entendemos que este processo é importante. Por isso estamos aqui.

As entidades do movimento juvenil, por meio de um fórum, fizeram uma reunião ontem. Tivemos uma pequena conversa com Reginaldo. Este processo é importante; isso não vamos negar nunca. Por isso estamos aqui. Mas um fato é unânime: a pluralidade — e de forma fraterna eu faço esta crítica — da juventude não está representada neste processo. Essa é a opinião de quase todos os que estão aqui. (*Palmas.*)

Em segundo lugar, quero dizer que o conteúdo do Plano Nacional de Juventude tem de ser aprimorado. Até seria necessário que os Deputados estivessem aqui para que a crítica não fosse feita única e exclusivamente ao



Presidente. E não é esse o meu objetivo, nem fazer ranço. Pelo contrário: estamos começando um processo. E queremos começar da forma mais fraterna possível.

Estamos fazendo um diálogo aberto. Diante do processo com que foram feitas as conferências regionais, só lamentamos a ausência das pessoas que não conseguiram dinheiro junto às subcoordenadorias estaduais e municipais da juventude para chegar até aqui. Nós lamentamos também pelas pessoas que estão aqui, não na condição de delegadas, e que não têm direito à alimentação, que não têm direito a material didático. Nós lamentamos, mas essa é uma outra conversa.

Diante disso, reivindicamos, enquanto Fórum de Entidades Juvenis, um espaço de diálogo posterior ao Seminário, entre a sociedade civil e a Comissão Especial da Câmara. Nós queremos garantir isso.

Também reivindicamos que seja formada uma comissão de sistematização da elaboração do Plano, com a participação da sociedade civil, respeitado o critério regional, ou seja, respeitadas as várias regiões do Brasil.

Reivindicamos ainda que seja realizado um amplo processo de conferências de juventude nos Municípios e nos Estados, de modo a assegurar a participação efetiva de diversos segmentos juvenis; e que se institua a eleição da próxima gestão do Conselho Nacional de Juventude na Conferência Nacional. E que esse processo parta do Executivo daqui a 2 anos.

Por último, que neste Seminário seja garantida — e é uma coisa da qual não abrimos mão —, em pé de igualdade, a participação de todos os jovens presentes, mesmo que não sejam delegados. Se isso for garantido, as coisas começarão a andar. *(palmas)* Se isso for garantido, fraternalmente, Deputados Lobbe Neto e Reginaldo Lopes, entendemos que, de fato, esse vai ser o Plano Nacional de Juventude plural, em que vão ser respeitados os aspectos de raça, gênero e diversidade sexual. Deve ser garantida a participação de todos, repito. Neste espaço, infelizmente, não houve preocupação com os portadores de deficiência. Não há nenhum intérprete de LIBRAS aqui.

Essa é a pluralidade que queremos. *(palmas)* Nós não estamos aqui para boicotar o Plano, mas para construí-lo com essas críticas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*



O SR. COORDENADOR (Deputado Vignatti) - Quero agradecer a presença a Evandro Gomes, representando o Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Jânio Cezar Pohren.

Com a palavra a Sra. Eunice Costa Nunes, por 5 minutos.

A SRA. EUNICE COSTA NUNES - Bom-dia, juventude da plenária. Bom-dia, membros da Mesa.

Eu me chamo Eunice Costa Nunes e estou aqui representando o Fórum Municipal de Juventude de São Luís, Maranhão. Eu já fui até contemplada em algumas falas do companheiro Lamartine, mas queria me reportar à organização do evento e à nossa pauta de reivindicações também.

Numa das nossas pautas, nós estamos reivindicando que sejam organizadas a 2ª Conferência Nacional de Juventude e as Conferências Estaduais e Municipais, por meio de um processo democrático e transparente; que conferências, seminários, consultas populares, audiências ou qualquer outro evento de grande ou pequeno portes envolvendo a juventude sejam organizados pelos Fóruns de Juventude Municipais e Estaduais, assim como pelos conselhos de sua esfera.

Para nós é muito difícil chegar ao seminário nacional. Nos nossos Estados, percebemos que, na realização dos seminários, não houve um processo democrático e participativo da diversidade juvenil. Nós esperávamos encontrar mais pessoas nesta plenária, uma diversidade de juventude mesmo. E não estamos vendo isso aqui.

Reivindicamos também que o Governo Federal determine aos Governos Estaduais e Municipais que garantam orçamento para custear o deslocamento de jovens que discutem em seus Estados políticas públicas de, com e para a juventude.

E que haja um canal de comunicação entre o Conselho Nacional de Juventude, os Conselhos Estaduais e Municipais de Juventude e os Fóruns de Juventude de cada Estado, tendo como meios correspondências, telefone, *e-mail*, fax, entre outros.

E que também sejam criados grupos de trabalho da juventude. Além das conferências, a juventude precisa se fazer presente em outros espaços, como a Conferência Nacional das Cidades e as conferências dos portadores de necessidades especiais.



A juventude também deve estar presente, não só em âmbito nacional mas também estadual, ao debate sobre os planos diretores participativos.

E quero me reportar à organização do seminário. Proponho que da próxima vez seja informado se o evento é uma conferência ou um seminário nacional. Por muito tempo ficamos nos perguntando de que se trata: é um seminário ou uma conferência? O que exatamente é? Queríamos trazer mais pessoas e não pudemos por conta disso.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Peço a Eunice e Lamartine que sorteiem os próximos inscritos. Peço que ajudem na organização. *(Pausa.)*

Ivan Brito pode falar agora. *(Pausa.)*

Rodrigo Fagnani.

O SR. RODRIGO FAGNANI - Bom-dia, jovens presentes. Bom-dia, integrantes da Mesa.

Meu nome é Rodrigo e represento o Estado de São Paulo na condição de portador de necessidade especial. Acho muito pertinente o fato de nossos companheiros terem tocado no assunto relativo aos portadores de necessidades especiais.

Estou vendo que sou minoria como “cadeirante”, justamente porque hoje faltam muitas políticas públicas em relação aos portadores de necessidades especiais. Que sejam garantidas e realmente levadas em conta as leis, ainda poucas sobre essa questão.

O fato de terem de se defrontar com as barreiras arquitetônicas que ainda existem, e muito, faz com que os jovens ou os portadores de necessidades especiais de modo geral se sintam desestimulados de participar de grande evento como este, uma forma democrática de debater as sugestões para a efetiva solução dos problemas atuais pelo Congresso Nacional.

Manifestei a minha indignação, na condição de portador de necessidades especiais, desde a hora em que cheguei a Brasília. Fui hospedado num hotel que não dispõe de quarto totalmente adaptado. Pelo contrário: não tenho acesso ao banheiro; o quarto é muito apertado; e, já na fachada, o hotel não tem uma rampa.



Minha gente, a lei existe, e não estamos levando em conta a sua legitimidade. Cabe a nós, população, membros da juventude e portadores de necessidades especiais, reivindicar os nossos direitos e pedir maior empenho aos nossos Congressistas na aprovação ou na elaboração do estatuto do portador de necessidade especial, de suma importância esse estatuto, uma vez que já existe o ECA e o Estatuto do Idoso. É prioritária a formulação dessa política, que não engloba apenas a juventude, mas também todas as faixas etárias.

Obrigado. Era o que tinha a dizer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Tem a palavra o próximo inscrito, José Augusto Peixoto. *(Pausa.)*

Com a palavra o Sr. Jonas Araújo.

O SR. JONAS ARAÚJO - Bom-dia.

Meu nome é Jonas. O companheiro Ivan me cedeu a palavra. Vou fazer uma intervenção sobre o Plano Nacional de Juventude.

Levando em consideração o que o companheiro Lamartine, a companheira do Maranhão e o companheiro deficiente disseram, temos a seguinte defesa a fazer: é louvável, dentro da Câmara dos Deputados, porque é a nossa Casa e porque nela são votadas as leis brasileiras, a discussão do Plano, do Estatuto e da PEC. Neste momento estamos discutindo o Plano Nacional de Juventude. Entendemos que essa é discussão prioritária que deve abranger a amplitude do segmento juvenil brasileiro.

Nesse sentido, queremos fazer algumas considerações. A organização do seminário foi um pouco conturbada. Não foi possível garantir ainda toda a representatividade da juventude brasileira. Em Estados como o nosso, o Amazonas — e estou representando aqui a Rede Sou de Atitude —, em São Paulo e no Rio de Janeiro, foi necessário construir outros focos de discussão para entender a demanda da juventude brasileira.

A contribuição que trazemos é a seguinte: que, ao final deste encontro, seja garantida maior participação da juventude. Defendemos a criação de uma comissão formada pelo Fórum Nacional, pela juventude aqui presente, para acompanhar e ajudar na elaboração da redação final do projeto, enfim, ajudar na relatoria. Entendemos que discutir o Plano Nacional de Juventude aqui requer outro processo, mais amplo e participativo, no qual se deve contar com a participação de outros



segmentos, além dos que já estão presentes. Temos de contar com o Executivo e com a juventude que não pôde participar deste processo.

Mandamos vários documentos para a Comissão Especial e para o plenário. E a nossa posição é única: a elaboração do Plano Nacional de Juventude passa pela participação da juventude brasileira. O Fórum Nacional esteve reunido ontem, e demos esse indicativo. Defendemos, por sermos representantes de um seminário paralelo, que neste momento todos os jovens que estão aqui no Congresso participem de forma igualitária do seminário. Se este é um seminário nacional que tem caráter propositivo e não deliberativo, entendemos que todos devem ter direito à voz e ao encaminhamento de propostas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Vou ler o nome dos sorteados: Manuela Dávila, Fábio Meireles, Márcio Carvalho, Sílvio Rangel, Elisa de Campos Borges, Patrício, Nestor Neto, Reinaldo Sampaio, Rafael Pops, José Augusto Peixoto, Áurea Carolina Freitas e Patrick Roberto Santos.

Concedo a palavra a Manuela Dávila, por 5 minutos.

A SRA. MANUELA DÁVILA - Bom-dia a todos. Sou Vereadora em Porto Alegre e membro da Direção Nacional da União da Juventude Socialista. Queria, primeiramente, Deputados Lobbe Neto e Reginaldo, parabenizar a Câmara pela iniciativa de realizar o seminário e os encontros nos Estados, algo que é ousado, diferente, uma tentativa de envolver outras pessoas, que não os Parlamentares, no processo da construção das leis.

Justamente por ser um processo novo, houve muitas falhas na maior parte dos Estados. Foram falhas, inclusive, para nós, organizações juvenis, conseguirmos envolver outras juventudes além dessas. A juventude vem, num crescendo bastante grande, se organizando e se manifestando de diversas formas.

Na maior parte dos Estados, temos dificuldade em conseguir envolver outros setores, que vêm se organizando e debatendo, para tentar construir, conjuntamente, políticas públicas para a juventude. Cabe registrar que essas falhas fazem parte de um processo de construção e de tentativa de avanço do Legislativo do nosso País. Nós, que estamos aqui, temos de pensar formas para que a juventude dos Estados participe de maneira mais ativa do processo de debate do Plano e, conseqüentemente, do Estatuto.



Companheiros e companheiras, temos de tentar construir um Plano Nacional de Juventude pautado sobretudo nos consensos que a juventude brasileira vem construindo ao longo da sua história de lutas.

Há uma história de organização e de reivindicação da juventude brasileira. Conseguimos ampliar a nossa participação na história. Devemos trabalhar a partir de consensos, os quais podem garantir a construção de políticas públicas de juventude de Estado e não de governos eventuais, que entram e saem. Nos Municípios e nos Estados ocorre o mesmo, com os Parlamentares *idem*. Os problemas da nossa juventude, em todos os Estados, permanecem. Temos capacidade de resolver esses problemas e já formamos consenso. Na avaliação da União da Juventude Socialista, temos de pautar e tratar de criá-los, reforçá-los e aprová-los no Plano Nacional de Juventude.

Por fim, temos de pensar na temática educação e acrescentar no Plano alguns elementos em relação à permanência na escola. Se temos a compreensão de que hoje a escola é o principal elo entre o Estado e as comunidades e a juventude, ou deve ser, se ainda não é para grande parcela da juventude, essa escola tem de agregar, de conviver com a diferença e não transformá-la em desigualdade. Temos de criar condições para que a juventude permaneça na escola, porque há o problema do transporte escolar e da contradição entre trabalho e sala de aula. Temos de superar esses elementos e garantir a inclusão da nossa juventude no processo educativo, o que é essencial.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Obrigado Manuela pela contribuição.

Concedo a palavra ao José Augusto Peixoto.

O SR. JOSÉ AUGUSTO PEIXOTO - Bom-dia a todos. Sou estudante de Geografia da Universidade Federal de Rondônia e militante do movimento estudantil.

Em primeiro lugar, cumprimento a Mesa e ressalto a importância deste evento e do tema discutido.

Sou de um Estado onde 54% da população tem menos de 29 anos de idade. É um Estado jovem, reflexo do nosso País, que é também muito jovem.



Levando-se em consideração que historicamente a juventude brasileira sempre foi renegada pelos governos anteriores, sempre foi colocada em segundo plano, nunca foi dada importância ao seu protagonismo ao longo da história, acho que estamos passando por um momento muito importante da história do País, porque após a eleição do Presidente Lula, em 2002, a juventude foi convocada para a discussão e chamada à responsabilidade de mostrar o que pensa e o que quer.

Toda discussão do PPJ é válida, porque a obrigação do jovem é estudar, ter acesso à cultura, ao esporte, ao lazer, à diversão, e ter um lugar digno para viver. O jovem não tem de trabalhar, não tem de sustentar família, não tem de passar necessidade. O papel do jovem é preparar-se para fazermos a tão sonhada renovação do País, com muita cautela, mas também com muita consistência. Acredito que o jovem, preparado na juventude com educação de qualidade, com acesso a esporte e cultura, será um profissional melhor no futuro.

Acredito que esses eventos têm de institucionalizar o debate. O debate tem de acontecer mesmo. Temos de fazer com que esse debate flua nos nossos Estados e Municípios. Venho de um Estado onde temos uma experiência. Depois da Conferência, em 2004, levamos as discussões para meu Estado, Rondônia. No meu Município, que é a Capital, criamos um grupo de estudo para debater o PPJ e estamos perto da criação da Coordenadoria de Juventude. Vemos isso com muito bons olhos, porque demonstra a visão progressista dos governantes que estão nos dirigindo. Isso é de grande valia.

Também ressalto que além de ser de um Estado jovem, com 54% da população com menos de 29 anos de idade, sou amazônida, vivo no Norte do País, região isolada geograficamente, com muitas dificuldades. O jovem está acostumado a passar por dificuldades, mas no meu Estado é mais complicado. Lá, é normal um jovem andar 2 horas a pé, depois pegar um barco, andar mais 1 ou 2 horas para ter acesso à escola, à educação, e depois fazer a mesma jornada para retornar a casa. Levando-se esse fato em consideração, não é preciso falar mais nada.

Temos de realmente trabalhar com políticas públicas consistentes para a juventude, que saiam do debate e sejam colocadas em prática. Acredito que educação e cultura são os pontos principais da discussão do PPJ e têm de ser aprofundados nesta discussão.



Em nome da bancada de Rondônia, que se fez presente, com apoio da Deputada Marinha Raupp, e do Deputado Alceste Almeida, de Roraima, que nos cedeu um voo da FAB e trouxe toda a delegação do Norte, agradeço por participar desse debate.

Gostaria de dizer ao Sul, ao Sudeste e ao Nordeste que se preparem, porque o Norte veio para engolir, por precisar de políticas públicas para a região. (*Palmas.*)

E também gostaria de dizer que aqui não existe vencidos, Deputados. Todos nós somos grandes vencedores pela oportunidade que estamos tendo de o jovem de hoje buscar a solução do jovem de amanhã.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Agradeço ao Augusto.

Aproveito a oportunidade para agradecer ao Ministério da Defesa, ao Comando da Aeronáutica, por ter cedido uma aeronave aos jovens, a fim de que viessem a este encontro.

Com a palavra o Sr. Sílvio Rangel.

O SR. SÍLVIO RANGEL - Bom-dia a todos. Sou do Distrito Federal. Agradeço a participação a todos os Estados presentes.

O Distrito Federal realizou reunião no sábado passado para discutir os tópicos do PPJ. A partir daí, elencamos vários pontos que julgamos necessários para o PPJ. Não trouxe esses pontos. Nós, do DF, lutamos por este Plano. Sabemos o quanto é difícil estarmos na Capital e vermos os Deputados não fazerem nada. Nós nos preocupamos muito com isso.

Estou representando não o jovem afro-descendente, Sr. Relator, mas o jovem afro-brasileiro. Eu gostaria que mudasse para afro-brasileiro, porque toda diáspora africana é descendente. Então, somos afro-brasileiros.

No Distrito Federal a grande maioria da juventude está na periferia. A periferia daqui tem nome chique. Chama-se cidade-satélite, porque não podem mostrar ao Brasil que aqui tem periferia. Mas tem sim, e os jovens estão na periferia, estão precisando de cultura, de educação, de saneamento básico.

A educação pública no Distrito Federal está sucateada. Vários outros setores também.



Somente em Brasília há espaços culturais. No Distrito Federal há uma carência muito grande deles. Precisamos prestar muita atenção nesse problema.

Nós, do Distrito Federal, estamos elencando alguns pontos e vamos trabalhar com outros Estados para ficarmos fortalecidos.

Sugiro aos delegados, aos facilitadores e às demais pessoas que criemos uma comissão anual destinada a verificar o que os Deputados estão fazendo pela juventude. A partir daí, realizaríamos uma reunião por ano para comunicar o que estamos acompanhando nos trabalhos parlamentares. Os demais Estados enviariam propostas e nomeariam delegados para participar dessas reuniões.

Que este PPJ não caia no buraco em que caíram o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso. Que seja feita, sim, uma comissão permanente para fiscalizar tudo isso.

Agradeço a todos pela presença. O Distrito Federal está de portas abertas para vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Obrigado, Sílvio Rangel.

Concedo a palavra ao Patrício.

O SR. PATRÍCIO - Boa-tarde a todos. Inicialmente quero saudar a Plenária com uma salva de palmas. É importante estarmos aqui, e sabemos o quanto isso foi difícil. Parabenizo todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Patrício, você é de onde?

O SR. PATRÍCIO - Sou de Salvador, Bahia, e represento a entidade chamada Santa Luzia, ligada a uma rede chamada CAMPI — Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe. Essa comissão reúne 139 associações que lutam por políticas públicas na nossa cidade.

São 26 Estados e 1 Distrito Federal. Como são 13 representantes por Estado, o total seria de 351 participantes neste evento. Espero que seja garantida a participação desse pessoal aqui.

Agradeço ao Ministério da Defesa por ter cedido um avião. Fiquei surpreso!

Queremos que os outros Estados sejam também assistidos, porque é interessante a possibilidade de estar aqui. *(Palmas.)*

A construção que queremos não parte do princípio de um Estado estar aqui em maioria e o outro, em minoria. Todos os 13 devem ser assistidos.



Temos pensado em como nós nos vemos como juventude. Não podemos cobrar do governo nem do Estado se não nos cobrarmos.

Há uma plenária, e nós, jovens, temos de nos conscientizar de que devemos estar aqui para exercer o nosso papel: fazer políticas públicas para a juventude. Não é estar lá fora, passeando ou discutindo algo. Isso será feito após o término da nossa participação neste encontro.

Temos de garantir coisas mínimas para nós mesmos. Isso deve partir de nós e não deles. Deles vem depois, porque, aí, é a questão do peso e da medida. Se não nos organizarmos, vamos ficar perdidos. Há muitas pessoas presentes que não estão entendendo o que está acontecendo.

Este encontro destina-se a discutir propostas de políticas públicas para a juventude apresentadas pelos Estados. Hoje temos de solidificar essas propostas e sair daqui com gostinho de quero mais. Devemos estar unidos. São diversos segmentos, mas a juventude é uma só.

Hoje, o jovem de 15 a 29 anos, seja negro, seja branco, seja deficiente — não acho que seja deficiente, mas portador de necessidade especial —, é ouvido. O deficiente pensa, constrói, às vezes, muito mais do que alguém normal. Então, temos de garantir o que estamos construindo hoje.

Que a proposta não seja apenas de hoje e de amanhã. Que seja contínua. Não podemos ficar passando por processos desgastantes, por processos de sempre estar brigando pela mesma coisa. Temos de brigar por uma coisa e por outra, mas, enquanto não entendermos que necessitamos realmente de políticas concretas e objetivas, não vamos construir nada. Ficamos muito no discurso; saímos da prática. A prática é a construção, é o reflexo do que fazemos e vai atingir a nós mesmos. Depois vamos querer questionar as políticas que nós mesmos criamos. Enquanto não pensarmos nela, não visualizaremos essa política de juventude como um todo. Não é uma parte; é um todo.

Gostaria de deixar registrada outra observação. O Estado da Bahia teria 13 delegados, mas eles não estão aqui. Como representá-los? A proposta é de que a Mesa entre em acordo e possibilite aos Estados presentes encaminharem representantes. Caso contrário, o Estado terá 1, 2 ou 3 delegados, quando deveria



ter 13. Essa proposta é para ser pensada, analisada e garantirá a cada Estado 13 delegados.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Obrigado, Patrício.

Concedo a palavra ao Márcio Carvalho. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Sr. Patrick.

O SR. PATRICK ROBERTO SANTOS - Bom-dia às autoridades presentes e aos jovens participantes desta discussão.

Fico muito feliz em dizer que a criação do Plano Nacional de Juventude é o fim da acracia para os jovens brasileiros. Saliento a importância da implementação deste Plano Nacional de Juventude. Este é um momento histórico em que se inicia a democratização das políticas públicas federais para a juventude e o diálogo com os jovens. Este é o primeiro de muitos outros debates dos quais participaremos. É importante que os diferentes segmentos da juventude trabalhem em conjunto, discutindo e conversando sobre as divergências a partir dos pontos de vista de cada um, para que possamos chegar a um denominador comum em benefício da juventude brasileira.

Gostaria de citar algumas das dificuldades para as quais não podemos virar as costas. É necessário que se crie foros permanentes para que a juventude possa sempre ser ouvida. Temos de garantir, no Plano Nacional de Juventude, a criação de secretarias municipais de juventude, para que esse importante segmento possa ser representado e para que tenhamos um trabalho específico para a juventude.

O movimento estudantil tem ainda outras reivindicações: a revogação da Medida Provisória nº 2.208 e o repasse aos grêmios estudantis de recursos financeiros, para que possam de fato trabalhar nas escolas de maneira livre.

Precisamos realizar um trabalho em conjunto e discutir as divergências dos diversos segmentos para que possamos chegar a um consenso em benefício da juventude brasileira.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) – Obrigado, Patrick.

Concedo a palavra a Elisa de Campos Borges.

A SRA. ELISA DE CAMPOS BORGES - Bom-dia a todos.



Nenhuma fala pode se iniciar sem o cumprimento aos que tiveram a iniciativa de realizar este *Seminário Nacional de Juventude*, apesar de todos os atropelos que houve na grande maioria dos Estados com organizações que não participaram.

É extremamente importante que esta discussão seja pautada nesta Casa e neste Governo. Que este PPJ norteie as políticas públicas e que entre na pauta dos governos, independentemente de ser de partido A, B ou C. Se este Plano for aprovado nesta Casa, será uma vitória da juventude, inclusive com políticas não compartimentalizadas mas que dialoguem com todos os Ministérios e com todas as Secretarias, porque isso é de grande importância.

Temos certeza de que não resolveremos o problema da juventude sem resolver o do País. Para isso é preciso consolidar um novo projeto de país soberano e desenvolvimentista. Não teremos como resolver o problema da juventude e como pensar um novo projeto de país, se não pensarmos a juventude inserida nesse processo. Essa é uma questão fundamental. Por isso é muito importante a aprovação do plano, da PEC e do Estatuto da Juventude. E, para que a participação da juventude se consolide, é fundamental, é extremamente importante que aproveamos também o processo das conferências municipais, estaduais e nacional. O que precisamos é reforçar, de uma vez por todas, a participação da juventude nesse processo de consolidação de um novo projeto de País. Para isso é fundamental a conferência nacional e os recursos, a fim ampliar a participação da juventude. Isso reforça, mais uma vez, esse novo caráter e essa contribuição que a juventude deseja dar. Temos um exemplo a respeito: vários Estados, várias parcelas da juventude ficaram fora não só da lista ou dos seminários estaduais. No entanto, estavam dispostas a discutir projetos para implementar uma nova política de juventude.

Por fim, se déssemos condições às organizações e entidades da juventude, o resto o movimento resolveria, porque queremos propor, debater e fiscalizar a política e as ações governamentais para a juventude. Esse é o papel e a tarefa de todas entidades, organizações e movimentos aqui presentes hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Agradeço a participação à Elisa de Campos Borges e passo a palavra ao Fábio Meirelles, por 5 minutos.



O SR. FÁBIO MEIRELLES - Bom-dia. Sou da Escola de Gente — Comunicação em Inclusão, uma organização que trabalha com juventude com deficiência, e do Conselho Nacional da Juventude.

Gostaria de dizer ao Deputado Lobbe Neto que o Conselho Nacional de Juventude elaborou oficialmente um termo de referência sobre acessibilidade, para garantir o direito à participação dos jovens com deficiência neste seminário. Não recebemos nenhuma resposta. Estou vendo que temos aqui um jovem com deficiência visual, e nenhum exemplar do Plano Nacional da Juventude ou da programação do seminário em braile.

Desde às 9 da manhã estou conversando com jovens ribeirinhos, jovens que trabalham com a questão do meio ambiente, jovens GLBTT, jovens que representam toda a diversidade da juventude brasileira. Mas qual é o segmento da juventude brasileira que está sendo claramente discriminado neste espaço, cujo direito à participação não está sendo garantido? A juventude com deficiência. *(Palmas.)* Toda a discussão sobre o Plano Nacional de Juventude e as políticas públicas brasileiras sobre jovens não está sendo inclusiva, com a participação de todos os jovens. O direito à participação está sendo garantido informalmente. Isso é lei. Isso é decreto. *(Palmas.)* A Comissão Especial Educação em Foco, responsável pela organização deste seminário, não estaria fazendo um favor para as pessoas com deficiência, mas cumprindo a Lei nº 5.296, de dezembro de 2004, que garante a acessibilidade a todos os espaços públicos e de uso coletivo. Este é um exemplo deles.

Chamo a atenção, mais uma vez, para essa situação. Eu entrei por um lugar e vim falar neste espaço. A pessoa com deficiência foi falar em outro. Isso está errado também perante a lei.

Estou à disposição. Participarei principalmente do grupo de discussão sobre juventude com deficiência. Peço às pessoas dos outros grupos de discussão que façam a transversalização do tema educação, trabalho, geração de renda, saúde, esporte e que levem em consideração as especificidades da juventude com deficiência.

Estarei no grupo juventude com deficiência para tentar contribuir para que o Plano Nacional de Juventude — como conselheiro já li o texto, que considero



ultrapassado e bem defasado em relação à juventude com deficiência — garanta o direito à participação e que as políticas públicas brasileiras sejam inclusivas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Concedo a palavra à Sra. Áurea Carolina Freitas Silva.

Aviso aos que ainda não se cadastraram que podem fazê-lo e que as pastas estão sendo distribuídas.

A SRA. ÁUREA CAROLINA FREITAS SILVA - Bom-dia, quase boa-tarde. Sou de Minas Gerais. Eu faço parte do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis.

Gostaria de novamente endossar algumas críticas e ponderações que foram feitas em relação a este processo e dizer que reconhecemos a importância da construção do Plano Nacional de Juventude. É por isso que nós estamos aqui. Vou falar rapidamente sobre o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, que é uma articulação que surgiu exatamente desse processo de construção, no sentido de se pensar as políticas públicas de juventude no Brasil nos últimos anos. Refiro-me às conferências que aconteceram na Semana da Juventude, na própria Conferência Nacional de Juventude, nos diversos eventos ocorridos nos Estados.

Entendemos a importância desse processo e, como sociedade civil, temos feito uma frente com a finalidade de pensar, de refletir, de trazer questionamentos, críticas e proposições, sobretudo, em relação à construção das políticas públicas de juventude em nosso País.

Elaboramos uma carta de posicionamento na qual repudiamos todos os empecilhos e dificuldades enfrentadas nos processos estaduais. Vamos encaminhar essa carta à Comissão Especial. Gostaríamos também de envolver e sensibilizar os demais jovens que estão aqui presentes, para que possam também tomar conhecimento dessa carta, para juntos pensarmos em alguns entendimentos comuns e de que forma podemos direcionar a construção do plano para além também deste seminário.

Por isso reforço aqui a necessidade de ser formada uma comissão de elaboração do plano, como o companheiro Lamartine e vários outros mencionaram. Que esta Comissão conte com a participação efetiva da sociedade civil. Que, pelo



menos por critérios regionais, seja garantida uma representação da sociedade civil por região.

Hoje à noite, às 21h00, as pessoas ligadas ao Fórum Nacional vão se reunir no hotel da Torre. Será uma reunião aberta. Gostaríamos muito de envolver outras expressões juvenis que estão aqui presentes e de dialogar. Na medida do possível, que outros também possam assinar essa carta de posicionamento, sempre com o entendimento de que a crítica é importante e necessária, a ponderação é necessária, mas o mais importante é que tenhamos um plano coerente e consistente e que possamos avançar cada vez mais nas políticas públicas de juventude em nosso País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Com a palavra Nestor Neto.

O SR. NESTOR NETO - Bom-dia a todos.

Antes de iniciar a minha fala, gostaria de perguntar à Mesa se eu poderia dividir os meus 5 minutos com uma companheira. (*Pausa.*) Pode ser? Tudo bem. Então, eu usarei 2 minutos e meio, assim como a minha companheira Clarissa, Vice-Presidente Nacional da Juventude do PMDB.

Inicialmente, quero saudar todos e falar da grandeza deste evento, além de enaltecer a Comissão Especial, nas pessoas dos Deputados Lobbe Neto, Reginaldo Lopes e Marinha Raupp, que tanto têm contribuído para o avanço das políticas públicas de juventude.

No Estado da Bahia, onde sou Presidente da Juventude do PMDB, além de pertencer à Associação Baiana Estudantil Secundarista — ABES, uma entidade com 57 anos de existência que tanto tem contribuído para o movimento estudantil, para o avanço da educação, no último final de semana, tivemos um debate muito importante sobre as políticas públicas de juventude.

Quero também, de público, agradecer a presença e a participação efetiva à Deputada Alice Portugal. Embora tenha havido algumas críticas e alguns constrangimentos, a Deputada contribuiu muito. Houve falhas e erros, mas é preciso enaltecer a presença e a contribuição da Deputada.

Quero dizer a todos, em especial ao companheiro Gil Amaral e aos demais companheiros de Juventude do PMDB dos outros Estados, ao Alexandre, que, no



dia 8 de março deste ano, foi entregue uma proposta da Juventude Nacional do PMDB à Comissão, para que seja implementada uma proposta que pensa a juventude do País em todas as políticas, desde a educação básica até a educação superior.

Temos uma crítica pertinente, pois acreditamos que a juventude nacional, a juventude do Brasil, tem enfrentado diversas dificuldades, sobretudo no que se refere a emprego. Estamos diante de uma política econômica equivocada, que não tem contemplado a juventude, visto que a sua grande maioria está desempregada, não tem condições nem de ir à escola.

É importante que nos grupos de trabalho de hoje à tarde e de amanhã nós possamos nos debruçar sobre esse tema e elaborar políticas que possam contemplar a juventude, seja das capitais, seja das regiões ribeirinhas, seja do interior.

É fundamental podermos construir um plano que seja a cara do Brasil, mesmo de forma equivocada. Em nossa concepção, o plano deveria ser construído nos Municípios, depois nos Estados, depois na Federação. O mais importante é sairmos daqui com um plano que tenha a cara do Brasil, a cara da juventude brasileira, que é a grande maioria.

Finalmente, quero dizer aos companheiros da Bahia que estaremos aqui presentes nesses 2 dias, apesar de todas as dificuldades, mesmo que o Governador do Estado, o Sr. Paulo Souto, não tenha contribuído nem para que a juventude da Bahia, nem para que delegados daquele Estado pudessem chegar até aqui. Afinal, muitos delegados não estão aqui devido a dificuldades financeiras. É importante deixar aqui uma crítica ao Governador Paulo Souto, que não contribuiu e não tem contribuído com políticas públicas para a juventude na Bahia. (*Palmas.*)

A SRA. CLARISSA GAROTINHO - Bom-dia a todos.

Agradeço ao companheiro Nestor Neto por dividir a palavra com outros companheiros da juventude.

Cumprimento a Câmara e os Deputados por esta iniciativa, além de cada um dos companheiros.

Deputado, como jovem brasileira, tenho um sonho. E é característica da juventude sonhar e lutar por um Brasil mais justo, por um Brasil para os brasileiros.



Este é um momento muito especial para a nossa juventude, no qual estamos debatendo questões relativas à educação, à saúde, ao trabalho, ao emprego, à renda, ao gênero, aos deficientes. Tudo isso é muito importante. É fundamental também que os jovens venham de todas as partes do Brasil para debater questões próprias da juventude.

Mas acredito que nós, jovens, não devemos pensar somente nas nossas questões de juventude. Devemos pensar o Brasil em que vivemos. Nós, jovens, hoje, somos vítimas de uma política econômica equivocada, que não se iniciou agora, mas que já existe há muito tempo no Brasil. Uma política com os juros mais altos do planeta. Nós, jovens, somos vítimas disso. Se atualmente pagamos bilhões de juros aos bancos todos os anos, não sobram recursos para serem investidos em educação, nas universidades, para que elas possam investir em pesquisa, em extensão ou em novas vagas. Essa política econômica que concentra renda é a política econômica que não gera emprego para a juventude brasileira. *(Palmas.)*

Então, não temos condições de debater uma política pública de juventude sem debatermos a política econômica do Brasil. Nós precisamos de mudanças rápidas, porque o Brasil não agüenta mais um novo ciclo de neoliberalismo. Nós não podemos continuar com essa política econômica. Não podemos permanecer como uma política que tira da juventude brasileira essa oportunidade.

Eu tenho 23 anos de idade, e a maioria dos que estão aqui pertencem a essa mesma faixa etária. Alguns estão com 18, outros com 25 ou 27 anos. Nós nunca tivemos a oportunidade de viver num País que crescesse. O Brasil teve uma taxa de crescimento abaixo da média na América Latina. Só ganhamos do Haiti.

Então, muito antes de discutir políticas públicas de juventude, temos de discutir que condições o Brasil está nos dando para que possamos efetivamente construir essa política de juventude.

Muito obrigada. É um prazer estar aqui debatendo este assunto com os companheiros. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Obrigado, Clarissa Garotinho e Nestor Neto.

Com a palavra o Rafael Pops.



O SR. RAFAEL POPS - Bom-dia a todos. Sou Secretário Nacional de Juventude do PT.

Venho a este debate dizer a toda a juventude brasileira que estamos vivendo num espaço e num momento e que muitos de nós sabemos das dificuldades e das contradições que tivemos para trilhar esse caminho. Mas também temos de perceber este espaço, por exemplo, do debate e os vários planos que houve neste País, como o Estatuto do Idoso, que ficou 12 anos parado, além de outros processos que foram desencadeados a partir dele, de 2003 até agora. Com todos os problemas que sabemos que existem, este é um espaço do qual estamos participando, incidindo no processo decisório da Câmara dos Deputados. Essa organização da juventude é muito importante.

E aí o segundo desafio: nós sabemos que este espaço não pode acabar aqui. O desafio de elaboração do Plano Nacional de Juventude deve continuar por intermédio do diálogo constante, da tensão entre a sociedade civil e o Parlamento.

Com certeza, este espaço deve servir para nós, jovens, independentemente da organização a que pertencemos, seja ONG, movimento social, seja juventude partidária, interagirmos, termos uma relação a fim de criarmos a pauta das nossas reivindicações, para que nós possamos agir de maneira unitária e influenciar desde já na elaboração do Plano Nacional de Juventude e em todos os processos de debate sobre a juventude que haverá aqui nesta Casa.

Lembro que nós, que somos dos movimentos sociais, que participamos da luta diária, sabemos que esta Casa tem grandes limites, seja em relação ao Plano Nacional de Educação, seja em grandes enfrentamentos que houve entre a sociedade civil e o Congresso Nacional. Foi aqui que a sociedade organizada e os movimentos sociais encontraram as maiores barreiras para aprovar planos avançados para a maioria da população brasileira. E não é diferente no tocante à juventude. É aqui que estão grandes setores que são a favor da redução da maioridade penal. É aqui que estão grandes setores que querem criminalizar os usuários de drogas. É aqui que está o centro do pensamento conservador da juventude. E essa juventude tem de se preparar para enfrentar esse pensamento conservador no Congresso Nacional. (*Palmas.*)



Aí está o desafio de participarmos do plano, mas não de enxergarmos esse espaço só como uma relação com a Câmara, mas sim como uma relação entre os jovens na construção desse enfrentamento que vai ser necessário para a efetivação de políticas públicas.

Finalmente, quero dizer que não tenho dúvida e não tenho medo de vir aqui falar que, de 2003 para cá, o processo e o diálogo de juventude no Brasil mudou. Mudou porque a maneira que o Governo Lula encarou e encara a juventude, isto é, trata a juventude e a visão de juventude, é diferente. (*Palmas.*) Sem dúvida, foi por causa dessa mudança de visão que todo esse processo se desencadeou no Brasil, inclusive no Congresso Nacional. Este é o Governo que botou no centro da pauta política deste País o debate de juventude. E nós não podemos mascarar esse debate. Esse valor esse Governo vai carregar. E não tem quem vai tirá-lo.

É óbvio que nós temos críticas. Enquanto Partido dos Trabalhadores, com autonomia partidária, temos nossas críticas ao Governo, como temos nossas reivindicações. Mas não vamos deixar de defender e de mostrar para a juventude brasileira que o Governo Lula caminhou muito na perspectiva do diálogo da juventude, de tratar a juventude como sujeito social, sujeito de direitos. Com certeza, vamos continuar tratando dessa forma, construindo essas mudanças necessárias para a juventude brasileira, com o compromisso histórico que esse partido tem com o movimento social e com a juventude. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Agradeço a fala ao Rafael Pops.

Com a palavra Pérola, do Movimento Negro do Rio Grande do Sul.

A SRA. PÉROLA - Boa-tarde a todos. Primeiramente quero pedir licença aos meus ancestrais, para que guiem a minha fala. Quero saudar a Mesa e toda a Plenária. Por estarmos aqui já somos vitoriosos. (*Palmas.*)

Minha fala, como representante do Rio Grande do Sul e do Movimento Negro, é uma crítica muito fraterna com relação à temática Jovem Afro-descendente e Jovem Indígena. Lamentavelmente, organizou-se uma delegação para representar as temáticas Jovem Afro-descendente e Jovem Indígena. Não seria solidária com os meus irmãos indígenas, que solidariamente chamam os negros de irmãos da noite,



se debatesse aqui tão-somente a questão afro-brasileira e não discutisse as questões relativas aos nossos irmãos indígenas.

Sr. Presidente, faço essa crítica porque na Plenária do Rio Grande do Sul defendi a participação de um representante indígena. Mas, lamentavelmente, não se abriu essa possibilidade, o que nos traz grande angústia ao coração, porque sabemos que os povos indígena e afro-brasileiro tiveram histórias semelhantes desde o tempo da escravização. Cito aqui também meus irmãos estudantes africanos que vêm estudar no Brasil e necessitam de condições de sustentabilidade para sua permanência, pois às vezes acabam enfrentando dificuldades, em razão do distanciamento dos pais.

Quero dizer também da importância da juventude negra, das questões de ações afirmativas, das cotas e da educação, com relação à permanência; como digo sempre que tenho oportunidade, é como mostrar o ouro e não entregá-lo para o jovem. Ou seja, queremos não só nosso espaço na universidade, mas também condições para a nossa permanência lá, pois tem havido um grande aumento do índice de evasão das universidades. Na condição de formanda do Curso de Psicopedagogia neste ano, percebo o quanto essa evasão tem sido presente em nosso meio universitário. Portanto, proponho a implementação de medidas que viabilizem a redução dessa evasão, e também a implantação nas universidades, em especial nos cursos de licenciatura, da Lei nº 10.639, que estabelece a verdadeira história da África e a valorização afro-brasileira nos currículos escolares não somente nos ensinos médio e fundamental. Considero essas medidas de extrema importância.

Também é necessário desenvolver pesquisas científicas sobre a população negra. Existem doenças como a anemia falciforme, a diabetes e outras que são características do povo afro-brasileiro. Precisamos oferecer a esses jovens estudos sobre a sua história. Por isso defendo essas demandas, estabelecidas em conjunto para serem trazidas aqui.

Temos ainda um pleito em relação ao Fundo de Reparação. O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado, mas necessitamos desse fundo. E é preciso também dar valor à questão da sustentabilidade étnica com a implantação de projetos.



Concordo com o posicionamento do colega relativo ao Governo Lula. Acredito que temos, sim, muita crítica a fazer em relação a todos os Governos. Mas na condição de mulher negra e afro-descendente, sinto-me muito feliz por poder dizer aos meus filhos que virão futuramente que este foi o único Governo que colocou negros nos Ministérios, que abriu espaço aos negros para estarem realmente no poder exercendo cargos em Ministérios. (*Palmas.*) E foi o Governo que mais visitou a Mãe África — e digo Mãe África porque a humanidade nasceu na África. Portanto, vamos repensar e fortalecer, sim, este Governo, que está preocupado com o povo que não tem dinheiro, com a “minoria” — e minoria entre aspas, porque somos 80% da população este País. (*Palmas.*)

E não queremos ficar mendigando, pedindo cotas aqui e ali. Temos direito à reparação, sim, porque sofremos um dano histórico com o que ocorreu no passado, quando da escravização do nosso povo, enquanto os filhos dos senhores feudais iam estudar na Europa, cursavam seus belos cursos de Medicina, Inglês, enfim, outros cursos que, como sabemos, têm *status* na sociedade. Estamos reivindicando apenas educação, ensino e oportunidade para mostrar nosso valor. Toda a juventude, em especial a juventude negra, que é a maioria nas favelas e na periferia, está morrendo devido à falta de oportunidade. E estou aqui representando o Estado do Rio Grande do Sul, onde há negros, sim, que necessitam de oportunidade, nas favelas e na periferia.

Em nome da Juventude Negra do Rio Grande do Sul, quero trazer uma fala que construímos em conjunto: somos bem recebidos, até convidados, porém na hora de estarmos inserindo-nos como personagens que decidem o futuro da juventude da qual fazemos parte somos cada vez mais excluídos. Digo isso até com relação aos 5 delegados negros que elegemos para este seminário; alguns, lamentavelmente, não puderam estar presentes. Onde estão nossas políticas com relação a isso? Onde está a Secretaria da Juventude do Estado, que fez pouco caso, que não se preocupou conosco? Queremos construir políticas de verdade, que não fiquem só no discurso, mas sejam colocadas em prática. (*Palmas.*) Esperamos que essas sugestões sejam concretizadas.

E que não nos façam de bobos, porque estamos aqui em pleno dia de semana, alguns estão perdendo trabalho e aula, como eu, que não estou na



universidade porque estou aqui querendo construir com vocês irmãos. Não vamos deixar fazerem-nos de bobos. Mais uma vez distantes de casa, da família, de todos que amamos, de nossos trabalhos e atividades, vamos lutar para que essas políticas que estamos construindo nestes 2 dias sejam realmente efetivadas.

Muito axé para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Antes de encerrar, informo a todos que, a partir das 13h30min, o restaurante do Anexo 3 estará disponível para aqueles que estão cadastrados para o almoço. A partir das 15h, oficialmente, daremos início aos grupos de trabalho. Todos já estão sabendo para onde vão dirigir-se, quais são os plenários.

Passo a palavra ao Relator, o Deputado Reginaldo Lopes, para suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Companheiros, vou tentar ser objetivo, até porque as pessoas fizeram mais comentários do que perguntas, mas este espaço é destinado a isso mesmo.

Lamartine, que foi o primeiro a usar da palavra, formulou algumas perguntas. Conversando com o Presidente da Comissão, o Deputado Lobbe Neto, concluímos que o seminário teria um caráter consultivo. Ao pensarmos em 3 representantes, quisemos garantir um critério para buscar a representatividade da sociedade brasileira. Evidentemente, nenhum critério garante essa representatividade. Necessariamente haveria questionamento. Cheguei a dizer, ontem, aos movimentos da sociedade civil que enfrentaríamos problemas quando trabalhássemos de forma piramidal com Estados e Municípios. O fundamental é que a juventude se apodere deste processo, mas achamos que a representação é importante.

Além dos delegados, que na nossa compreensão são os representantes oficiais dos Estados, está aberta a participação para os representantes dos movimentos, que já estão inclusive participando, foram sorteados e fizeram uso da palavra. Vocês poderão contribuir em todos os grupos e participar de todos os espaços aqui. Se tivéssemos tomado essa decisão anteriormente, poderíamos acabar com uma quantidade excessiva de pessoas neste seminário, o que não era a nossa intenção; o que queríamos é atingir um *quorum* qualificado, na perspectiva de que vocês pudessem ajudar-nos na construção desse relatório final.



Sobre a criação de uma Comissão de Sistematização da Sociedade Civil, esse é um movimento político da sociedade civil. Não cabe ao Relator dizer se concorda ou não. Na condição de Relator, quero dialogar com todos aqueles que estiverem organizados e queiram discutir o relatório final. Eu disse na minha fala inicial e estou reafirmando aqui: vocês, nestes 2 dias, constituam uma comissão, e estarei aberto a dialogar com todos os que me procurarem. Queremos dizer aqui que o projeto final será construído no debate. Nós vamos buscar o consenso.

Eunice falou um pouco sobre sua compreensão do processo, também na mesma linha de Lamartine; assim como Rodrigo, o representante de São Paulo.

Sobre os delegados que se inscreveram previamente, tivemos uma preocupação com os portadores de deficiência ou de necessidades especiais, mas é verdade que há erros nesse processo, a partir do momento em que se tenta cumprir a legislação; se vocês observarem, a própria estrutura da Câmara dos Deputados ainda não cumpriu toda a legislação. No plenário da Casa, por exemplo, ainda não foi instalado o elevador para que os Deputados possam utilizar a tribuna. Mas acho que essa é uma tarefa nossa: fazer honrarem-se as leis, cumprir-se a legislação.

O Plano Nacional de Juventude também exigirá das juventudes mobilização para fazer com que os Estados da Federação honrem os compromissos e as responsabilidades. Esse processo não termina aqui. Ainda vamos caminhar muito. E é necessária a organização da sociedade civil, que evidentemente se faz presente também pela representação dos Deputados. É com essa mobilização e com essa compreensão que vamos votar ou não o Plano Nacional de Juventude, a emenda à Constituição e o Estatuto. Esse é o processo do Legislativo.

Ivan Brito também falou sobre o acompanhamento do processo pela sociedade civil e sobre a construção de um fórum. Nestes 2 dias, minha conterrânea Áurea também comentou isso. A idéia de um Fórum Nacional das Juventudes surgiu aqui, nos nossos primeiros encontros. Então, estes espaços sempre são bons, sempre dão a oportunidade de a moçada se encontrar e planejar o futuro. Acho que se deve, sim, constituir esse fórum para acompanhar o processo.

Manuela D'Ávila falou da importância desse processo, focalizando a questão da educação. As sugestões dos Estados, em sua grande maioria, referem-se a educação e trabalho. Esses são elementos fundamentais do Plano. O desafio que



está colocado para a emancipação da juventude é o de garantir que de 15 a 29 anos a juventude possa estar inserida no sistema educacional, em um dos níveis do sistema educacional. Esse é um desafio do Estado brasileiro e da política de juventude. Como disse José Augusto Peixoto, a juventude foi chamada a assumir essa responsabilidade, e durante estes 2 dias, com esta nossa nova metodologia, tive essa compreensão.

Ao mudar a metodologia, quero poder contar com a definição de algumas linhas prioritárias na concepção da juventude; por isso não houve um relatório, e não apresentamos substitutivo inicialmente. Quero que o substitutivo, ao ser apresentado, já saia representando o consenso possível; no resto, com as divergências, vamos construindo o processo com os grupos de sistematização, com os fóruns e com os movimentos da sociedade civil.

O Presidente está lembrando que já temos, no *site* da Câmara dos Deputados — www.camara.gov.br —, na página das Comissões, o espaço da Comissão Especial - PL 4530/04. Já é possível enviar-nos contribuições por *e-mail*.

Rangel sugere mudar a denominação de afro-descendente para afro-brasileiro. Concordo plenamente. A sugestão está acatada. Precisamos ter uma política de reparação do que foi feito pelas elites brasileiras em relação às comunidades afro-brasileiras no País.

Patrício, da Bahia, falou sobre a articulação de alguns Estados do Norte do País, que conseguiram avião da FAB. Essa foi uma movimentação dos Deputados que organizaram os encontros estaduais. Então, mais uma vez, isso demonstra que precisamos estar mais articulados e organizados. Quero parabenizar os Deputados que conseguiram isso, que eu acho justo, porque quando o Estado é mais longe a passagem aérea é muito mais cara, o deslocamento ficaria muito caro. Mas essa foi iniciativa dos Deputados, e não da Comissão, mesmo porque, se fosse tomada coletivamente pela Comissão, a FAB não teria disponibilidade de disponibilizar aviões para todos os Estados. A Comissão buscou garantir o mínimo: hospedagem, alimentação e alguma estrutura. Mesmo assim, Comissão Especial não tem dotação orçamentária e não pode receber dinheiro público. Nós não temos personalidade jurídica. Foi por isso que a Educação em Foco, à qual quero agradecer, foi convidada para ajudar na organização, e foi por intermédio dela que os Correios



patrocinaram este evento e contribuíram com R\$ 130 mil para custear essas despesas. Então, quero explicar isso e agradecer à ONG Educação em Foco a importante colaboração.

Lísia de Campos trouxe aqui um conceito que para nós é caríssimo: o papel importante do jovem na elaboração de toda a política. Não abrimos mão desse conceito. Por isso mesmo, buscamos combinar a decisão da representação indireta com a participação popular. Ousamos fazer isso, mesmo cometendo erros. Mais de 120 Deputados participaram do processo, e já sabem do que trata esse PL. Eles atuaram de forma voluntária, e enfrentaram dificuldades; muitas vezes contribuíram pagando despesas com seus próprios recursos. Não obtiveram a ajuda dos Estados nem da Câmara dos Deputados, porque ela não tinha condição financeira para bancar isso. Então, quero dar esta explicação, por saber que é fundamental construir um processo no qual os jovens participem não só da elaboração, mas também na avaliação, no acompanhamento, na fiscalização, na concepção das políticas. Esse é o princípio elementar para quem quer fazer uma política nacional para a juventude.

O Presidente destacou que, quanto mais Deputados estiverem envolvidos, mais força política o movimento terá para aprovar em plenário o texto final e a política de Estado. Por isso, todos os partidos políticos têm participado.

Fábio falou do problema da infra-estrutura deste seminário, da dificuldade que houve para que diversas representações estivessem incluídas no processo. Minha avaliação é de que a diversidade da juventude está aqui.

De fato, seria preciso que fosse cumprida toda a legislação para que uma parte dessa juventude pudesse participar totalmente.

Fábio pontuou qual foi o segmento que não foi totalmente contemplado, e nesse sentido concordo plenamente, mas nas outras falas, na média, a juventude está representada na sua diversidade — evidentemente, não na sua totalidade.

Por último, Pérola, do Movimento Negro, falou da questão indígena.

A metodologia do PL foi fruto dos debates dos Estados. Não votamos nada, acatamos todas as propostas, e fazia parte da metodologia de trabalho da Comissão de Audiências Públicas a questão indígena e a dos afro-brasileiros, mas vamos separar. Inclusive acertei com a nossa consultora agora que tanto sobre a questão



indígena quanto sobre a afro-brasileira poderão ser apresentadas no primeiro dia 20 ações prioritárias, e no segundo dia 10 ações prioritárias.

E também quanto à questão também do desporto, lazer e meio ambiente, mesmo estando no mesmo grupo, achamos importante que sejam apresentados 20 ações prioritárias para o desporto e o lazer e 20 ações prioritárias para o meio ambiente, e no segundo dia 10 para cada.

Então, estamos com prioridades, mas todas as outras contribuições, mesmo que não estejam nas ações prioritárias decididas por este seminário, vamos apresentar no que estamos chamando de Plano Anexo, para servir como instrumento de reavaliação de 2 em 2 anos pela juventude brasileira.

É isso, pessoal. Foram essas as contribuições e os comentários do Plenário. Desejo um bom debate à tarde e amanhã, quando vamos levantar grandes polêmicas e buscar o consenso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lobbe Neto) - Antes de encerrar, peço a Clara e a Fátima que fiquem de pé, por favor. São muitas as contribuições, mas na hora de carregar o fardo são poucas as pessoas que o fazem. Helena, Fátima e Clara e mais alguns outros ajudaram-nos a organizar o evento. Embora haja falhas, elas trabalharam muito para organizar tudo. A estrutura é pequeníssima, por isso, desculpem-nos pelas falhas. Mas queremos cada vez mais contribuições.

Peço uma salva de palmas para elas, que vêm ajudando o nosso Relator, a nossa Comissão. *(Palmas.)*

Temos uma estrutura pequena, mas este é um dos projetos mais debatidos nesta Casa, em mais oportunidades. E ainda não terminamos. Teremos ainda pela frente mais debates, mais do que várias leis que passaram por esta Casa.

Um abraço a todos.

À tarde, às 15h, todos poderão dividir-se em seus grupos.

Obrigado, e até mais tarde.

Está encerrada a reunião.